

Arivaldo José Sezyshta*

O Bem Viver e outros mundos possíveis

The Well Living and the other possible worlds

RESUMO

A crítica ética ao capitalismo parte da constatação de que as causas econômicas que provocam a deterioração do meio ambiente são as mesmas que acabam produzindo o empobrecimento da maioria das populações do planeta, fazendo dos pobres as principais vítimas desse modelo perverso de desenvolvimento que, ao sacrificar a natureza em nome do lucro, termina sacrificando seres humanos. Afinal, como dizia Capra, “Dez dólares de carvão são iguais a dez dólares de pão”. A perversidade está, justamente, no desencadeamento de um processo *ecocida*, com consequências ainda inimagináveis para a vida no planeta Terra. O *Bem Viver*, enquanto alternativa possível e já em construção, ao contrário do capitalismo, guia-se pela co-responsabilidade solidária, tão comum aos povos originários, de quem acolhe as lições recebidas: lições de vida comunitária, de conservação da natureza e de sabedoria humana. O horizonte, então, estende-se a outro tipo de civilização, acolhedora das multiplicidades, responsável por outras maneiras de fazer política, capaz de comprometer-se com a efetivação da equidade econômica a partir da afirmação da vida da comunidade. Trata-se de uma mudança no modo de pensar e de agir, colocando o bem comum acima dos interesses individuais, o que significa a destruição da essência do capital, pois, ao se colocar um limite ao consumo quantitativo, se garante maior equidade, ao se libertar o limite qualitativo humano e a felicidade do gozo comunitário. Essa experiência, que é, ao mesmo tempo, ancestral e contemporânea, qualifica a construção, não de uma humanidade futura, mas, na relação de forças, de “um mundo onde caibam muitos mundos”, evitando a universalização da cultura do mais forte e uma só forma de efetivação da cidadania. O Bem Viver constitui-se como interlocutor privilegiado do decrescimento, não enquanto crescimento negativo, mas enquanto espaço agregador de alternativas capazes de ensinar ao mundo que a felicidade está na convivência e não no consumo.

Palavras-chave: Bem Viver. Decrescimento. Libertação.

* Pós-doutorando em Filosofia Política – UFPB.

ABSTRACT

The ethical critique of capitalism is based on the fact that the economic reasons that cause the deterioration of the environment are the same ones that end up producing the impoverishment of the majority of the planet's population. Thus, making the poor the main victims of this perverse model of development that, by sacrificing Nature in the name of profit, ends up sacrificing human beings. After all, as Capra put it, "Ten dollars of coal equals ten dollars of bread." The perversity is, precisely, in the triggering of an ecocidal process, with consequences still unimaginable for life on planet Earth. The Well Living, as an alternative possible and already under construction, unlike capitalism, is guided by shared responsibility and solidarity, as common to native peoples, who welcomes the lessons received: lessons from community life, nature conservation and Human wisdom. The horizon, then, extends to another type of civilization, welcoming the multiplicities, responsible for other ways of doing politics, able to commit to the realization of economic equity from the affirmation of community life. This is a change in thinking and acting, placing the common good above individual interests, which means the destruction of the essence of capital. Therefore, to put a limit on quantitative consumption, ensuring greater fairness, by releasing the human qualitative limit and the happiness of the community enjoyment. This experience, which is both ancestral and contemporary, qualifies the construction, not of a future humanity but in the relation of forces, of "a world where many worlds fit". This way, the universalization of a stronger culture and the single form of effective citizenship are avoided. Living Well is a privileged interlocutor of decrease, not as a negative growth, but as an aggregator of alternatives capable of teaching the world that happiness is in coexistence and not in consumption.

Keywords: Well Living. Decay. Liberation.

Diante da desvalorização da natureza e da crise ambiental a que chegamos com a Modernidade e o capitalismo, onde o lucro se contrapõe à existência mesma da vida, a Filosofia da Libertação propõe uma revolução ecológica, sintetizada em postulados políticos capazes de desempenhar uma função estratégica de abertura para novas possibilidades.

Nessa proposta se encontra o paradigma do Bem Viver, entendido seja do ponto de vista teórico, seja prático, enquanto oportunidade de imaginar outros mundos e enquanto visibilização de outros mundos possíveis porque já em curso, na efetivação de comunidades autossustentáveis, ecologicamente responsáveis. Trata-se de uma mudança no modo de pensar e de agir, colocando o bem comum acima dos interesses individuais.

Do ponto de vista teórico, o Bem Viver consiste em "um primeiro esforço para compilar os principais conceitos, algumas experiências e, sobretudo, determinadas práticas existentes." (ACOSTA, 2016, p.24). Do ponto de vista prático, precisamente, o Bem Viver remete às experiências que dão conta da efetivação real do exercício horizontal do poder, que está, lentamente, recriando e reinven-

tando o mundo a partir do âmbito comunitário, considerando a natureza como sujeito de direitos, aceitando que os ecossistemas e os seres vivos têm um valor intrínseco, ontológico.

Em resposta à opressão, as vítimas se mobilizam e se organizam. Na maioria dos casos, a partir da luta pelo sagrado direito a viver dignamente na e da própria terra, entendida enquanto condição da vida e não enquanto um item a mais da economia de mercado.

Essa propositura – de que a terra é a condição para a vida e não instrumento de lucro - pode ser viabilizada para além de um território específico, pois os direitos e a irmandade dos povos podem ser compreendidos a partir da percepção de que as identidades são relacionais: extrapolam as fronteiras e os estados e a Política tem que compreender isso, dialogar com isso se pretende contribuir na construção da vida.

“A que resistir?”, perguntam as vítimas. Talvez essa seja uma pergunta chave para entender a construção das novas identidades, compartilhadas, solidárias, includentes. “Resistir a tudo o que se contrapõe ao desenvolvimento da vida”, respondem e nos ensinam que é a vida humana o *telos* de uma filosofia que não seja alegoria do poder vencedor e de uma política que não seja responsável pela alienação e a morte, mas, ao contrário, dê sua humilde contribuição à libertação dos oprimidos.

A Filosofia da Libertação faz isso ao proceder sua crítica ao atual sistema político-econômico, construindo, através de sua Política da Libertação, alternativas que, a partir da qualidade de vida das pessoas, dos mais empobrecidos, das vítimas, efetivem, institucionalmente, o poder cidadão. Dessa política obediencial ao povo, dessa política, deriva uma Economia da Libertação, imbuída em mudar os critérios e os rumos do desenvolvimento, passando do lucro para a vida humana.

Nesse sentido, uma pergunta importante que temos feito é: para onde caminha a humanidade? A tomada de consciência da questão ecológica impõe essa pergunta ética, da mesma forma que obriga a se perguntar sobre o sentido da vida, da existência, possibilitando a abertura a um novo paradigma civilizatório, recuperado dos povos originários através do conceito e da práxis do Bem Viver. Assim, a questão ecológica revela muito mais do que aparenta: traz como imperativo repor o sentido da vida humana, o lugar que ocupamos no mundo, que é a crise de referencial último da existência. A encruzilhada na qual nos encontramos já representa um limite absoluto, com exigências de redução da produção e igualmente do consumo.

Nesse mesmo sentido apontam os estudos de Sirio Lopez Velasco sobre o ecomunitarismo e as novas tendências ecossocialistas de Michel Löwy.

Para Velasco (2012), o ecomunitarismo diz respeito à ordem socioambiental utópica pós-capitalista capaz de pautar-se pelo que chama de três normas da ética: lutar por tornar realidade nossa liberdade individual de decisão, realizar a ética consensualmente e preservar e regenerar a natureza humana e não humana. Na perspectiva de propiciar um desenvolvimento dos indivíduos associados solidariamente por decisão livre, fazem parte do ecomunitarismo:

- a) uma economia solidária e ecológica baseada no princípio que estipula ‘de cada um segundo sua capacidade e a cada um segundo

suas necessidades' [...]; b) uma pedagogia problematizadora [...]; c) uma 'política de todos' que fomenta a prática da democracia direta (VELASCO, 2012, p. 213).

Assim, Sirio Lopez Velasco defende que a propriedade social indireta a cargo do Estado deve transformar-se em propriedade social direta, ao mesmo tempo preservando mecanismos de coordenação e de ajuda para que as comunidades sejam solidárias. Trata-se do Bem Viver como o objetivo maior do Estado, assumido constitucionalmente por países como Bolívia e Equador, onde a satisfação das necessidades de cada indivíduo e das comunidades se tornou a finalidade máxima, com a proclamação como "bens nacionais inalienáveis a todos os recursos naturais (VELASCO, 2012, p. 218), com proibição do uso de transgênicos e proclamação do direito à água e à alimentação¹.

Dessa forma, para Velasco "a perspectiva ecomunitarista é irrenunciavelmente socioambiental" (VELASCO, 2012, p. 219) e, ao englobar conceitualmente a perspectiva intercultural, acaba por constituir-se na principal contribuição que advém dos povos indígenas para o socialismo do século XXI.

Já Michael Löwy, sobretudo com a obra *Ecologia e Socialismo* (2005), engrossa a corrente eco-socialista, buscando um rompimento com a ideologia produtivista do progresso, articulando as principais ideias do socialismo marxiano, incorporando os avanços da crítica ecológica, com novos hábitos de consumo. Para Löwy o próprio sistema capitalista, por estar fundado na competição, nas exigências de rentabilidade e na corrida atrás do lucro rápido, é o destruidor dos equilíbrios naturais. Por isso,

O pretenso capitalismo verde não passa de uma manobra publicitária, de uma etiqueta que visa vender uma mercadoria, ou, na melhor das hipóteses, de uma iniciativa local equivalente a uma gota de água no solo árido do deserto capitalista. (LÖWY, 2005, p. 50-51).

Em sua análise e crítica ao capitalismo, Löwy mostra que:

O crescimento exponencial da poluição do ar nas grandes cidades, da água potável e do meio ambiente em geral; o aquecimento do Planeta, o começo da fusão das calotas polares, a multiplicação das catástrofes "naturais"; o início da destruição da camada de ozônio; a destruição, numa velocidade cada vez maior, das florestas tropicais e a rápida redução da biodiversidade pela extinção de milhares de espécies; o esgotamento dos solos, a desertificação; a acumulação de resíduos, nomeadamente nucleares, impossíveis de controlar; a multiplicação dos acidentes nucleares e a ameaça de um novo Chernobyl; a poluição alimentar, as manipulações genéticas, a "vaca louca", o gado com hormonas. Todos os faróis estão no vermelho: é evidente que a corrida louca atrás do lucro, a lógica produtivista e mercantil da civilização capitalista/industrial leva-nos a um desastre ecológico de proporções incalculáveis. Não se trata de ceder ao

¹ No preâmbulo da Carta Magna do Equador se lê: "Nosotras y nosotros, el pueblo soberano del Ecuador ... celebrando a la naturaleza, la Pacha Mama de la que somos parte y que es vital para nuestra existencia ... decidimos construir una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el sumak kawsay" (disponível em <http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaIStfInternacional/newsletterPortalInternacionalFoco/anexo/ConstituicaoEquador.pdf>, acesso em 04/11/2013).

“catastrofismo” constatar que a dinâmica do “crescimento” infinito induzido pela expansão capitalista ameaça destruir os fundamentos naturais da vida humana no Planeta. (LÖWY, 2005, p. 41).

Assim, em sua visão o eco-socialismo, entendido como uma corrente de pensamento e de ação ecológica que elabora suas aquisições fundamentais a partir do marxismo, constitui-se em uma oportunidade de reação a esse perigo real, pois tanto a lógica do mercado e do lucro, estratégia capitalista, quanto o autoritarismo burocrático do socialismo, são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural. Para Michael Löwy, portanto, a preservação do meio ambiente natural é um imperativo humanista, pois

a luta contra a mercantilização do mundo e defesa do meio ambiente, a resistência à ditadura das multinacionais e o combate pela ecologia estão intimamente ligados na reflexão e na prática do movimento mundial contra a mundialização capitalista/liberal. (LOWY, 2005, p.46).

Igualmente preocupado em encontrar respostas à crise de sentido à qual a humanidade foi conduzida pela lógica destrutiva impetrada pelo capitalismo, pautada no consumo e no lucro, Enrique Dussel, avançando na construção de uma Economia da Libertação, traça um paralelo com a política, dizendo que “Assim como na política o *poder em si* é a *potentia* cuja sede é a comunidade política, da mesma maneira na economia todas suas determinações se originam no trabalho vivo em si” (DUSSEL, 2016), cuja sede é o trabalhador, no ato dirigido a outro ser humano, no cara-a-cara que indica empiricamente essa relação e constrói a práxis.

Esses e outros pensadores fazem referência aos povos originários e sua sabedoria milenar, sintetizada a partir do conceito de Bem Viver, fundamental diante do limite absoluto material ecológico do capital, que é a existência limitada de recursos e de meios de produção não renovados no planeta Terra. A terra, justamente, que, diante da sanha do capitalismo verde, está sendo comercializada em bolsas de valores, como uma mercadoria a mais.

Outra lógica, possibilitada pelo Bem Viver, permite aprofundar a crítica ao capitalismo que, embora produza bens com valor de uso, sua finalidade primordial não está em satisfazer as necessidades humanas, mas no lucro gerado pela venda das mercadorias. Mesmo que as mercadorias sempre tenham algum valor de uso, sua produção visa obter o valor de troca. Além disso, faz isso roubando o trabalhador, pela mais valia, e tomando gratuitamente da natureza toda energia disponível, de forma irresponsável porque predatória.

Diante disso, torna-se necessária outra exigência normativa, que pode ser viabilizada pelo princípio do Bem Viver, bem como por outras economias, a exemplo da Economia Solidária (MANCE, 1999) ou com a proposta do decrescimento (LATOUCHE, 2009), não enquanto crescimento negativo, mas enquanto espaço agregador de alternativas capazes de ensinar ao mundo que a felicidade está na convivência e não no consumo. Afinal, “viveríamos melhor de outra maneira”, fora de um sistema que nos leva à catástrofe.

O movimento da economia solidária propõe que as práticas de produção, de comercialização e de financiamento solidários que já existem no mundo sejam conectadas sob os princípios de uma rede de colaboração solidária. Caso isso ocorra, isso se constituiria em uma alternativa ao capitalismo atual. Diz Mance:

Neste caso, tratam-se de novas relações de propriedade e de trabalho que podem se expandir, uma vez que o que seria considerado lucro passível de acumulação privada sob o modelo capitalista é compreendido como um excedente a ser reinvestido para o crescimento da rede, diversificação de sua produção e aprimoramento dos produtos, de modo a promover o bem viver de todos os que praticam o consumo solidário. (MANCE, 1999, p. 1).

Isso porque na proposta do modelo da colaboração solidária não há acúmulo de lucro privado, pois o excedente é reinvestido na promoção do bem viver dos participantes dessa rede. Assim,

a estratégia das redes reafirma o trabalho vivo como fonte de riqueza e disponibiliza as mediações necessárias para que este trabalho possa produzir a riqueza que satisfaça as necessidades dos próprios trabalhadores, de suas famílias e de suas comunidades. (MANCE, 1999, p. 1).

Nessa perspectiva a Economia Solidária diz respeito a um Movimento que é mobilizador e que atende a uma demanda imediata de uma população excluída, permitindo enfrentar a estrutura capitalista e possibilitando a construção do novo, através das redes e cadeias. A economia solidária constrói o novo experimentando na prática o que é a sustentabilidade, enquanto habilidade na busca do sustento. O produto da festa não é a mercadoria, pois é incorporado na subjetividade a partir da compreensão de que há outros valores em jogo, como a própria solidariedade e a sustentabilidade, das ações e do próprio planeta.

Para Mance, o esforço empreendido também pela filosofia política, e dentro dela pela Filosofia da Libertação, consiste em buscar compreender essas práticas solidárias, em suas debilidades e potencialidades, analisando “como os elementos simples que as constituem poderiam ser articulados em propostas estrategicamente capazes de permitir a expansão de uma economia solidária antagônica à economia capitalista (MANCE, 1999, p. 1), apropriando-se, paulatinamente, das gigantescas forças produtivas que operam no sistema capitalista, fazendo com que essas forças estejam a serviço da liberdade humana e não da exclusão da maioria dos seres humanos através do acúmulo de riquezas de um grupo cada vez mais restrito de pessoas.

Há, portanto, que seguir perguntando, sempre: de que somos prisioneiros para que precisemos nos libertar?

Somos prisioneiros do “sempre mais”, da acumulação infinita. Somos prisioneiros do culto ao dinheiro e do dogma do crescimento infinito. Somos prisioneiros da ideia de desenvolvimento e do lixo nosso de cada dia. Somos prisioneiros da certeza da extinção. Em uma palavra: somos prisioneiros do capitalismo, essa “máquina de moer pobre”.

Mas, mais que isso, somos seres de esperança. Na construção do Bem Viver encontramos espaço e oportunidade para, como quer Alberto Acosta (2016), “imaginar outros mundos”, possíveis porque já sendo vividos, por exemplo, na afirmação de comunidades auto-sustentáveis ou nas “cidades em transição”, onde a política decidiu que a qualidade de vida é importante, para todos.

Nessa perspectiva, entendemos o Bem Viver enquanto “uma filosofia em construção, e universal, que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio,

mas que está presente nas mais diversas culturas.” (ACOSTA, 2016, p.14). Assim, vivendo em aprendizado e em convivência com a natureza, o Bem Viver, ao recuperar a sabedoria ancestral dos povos originários, permite o rompimento “com o alienante processo de acumulação capitalista que transforma tudo e todos em coisa.” (ACOSTA, 2016, p.15).

O enfrentamento ao sistema opressor, que segue gerando novas vítimas, se dá pelo esforço coletivo de prática da verdade e de defesa da vida, nas identidades compartilhadas, na tolerância multiétnica enquanto contribuição latino-americana para a história mundial. Essa já é uma trans-modernidade, uma novidade diante do mundo, já em gestação, anúncio da possibilidade real de um desenvolvimento qualitativo, capaz de efetivamente priorizar a vida humana diante do lucro, afinal, um bilhão de pessoas ainda passa fome no planeta, em pleno século XXI, o que obriga a Filosofia da Libertação a seguir apontando a superação desse problema ético, indicando as alternativas, no horizonte do debate.

Trata-se, portanto, de um conceito em construção: na construção do Bem Viver estamos em decrescimento, serenamente.

Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

DUSSEL, Enrique. *Política de la Liberación: Arquitectónica*. v. 2. Madrid: Trotta, 2009.

_____. *14 Tesis de Ética: hacia la esencia del pensamiento crítico*. Madrid: Trotta, 2016.

LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LÖWY, Michael. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.

MANCE, Euclides. *A Colaboração Solidária: compreendendo, transformando e conectando o que já existe*, 1999. Disponível em: <www.ifil.org/racs/biblioteca/mance3.htm>. Acesso em: 10 set. 2013.

VELASCO, Sírio Lopez. La ética ecomunitarista y el socialismo del siglo XXI. In: VIEIRA, Antonio Rufino (Org). *Ética e filosofia crítica na construção do socialismo no século XXI*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2012, p. 211-240.

Sobre o autor

Arivaldo José Sezyshsta

Pós-doutorando em Filosofia Política – UFPA; Membro Gt Ética e Cidadania/ANPOF.

E-mail: aryasa@bol.com.br

Recebido em: nov/2017

Aprovado em: abr/2018

Como referenciar esse artigo

SEZYSHSTA, Arivaldo José. O Bem Viver e outros mundos possíveis. *Argumentos: Revista de Filosofia*. Fortaleza, ano10, n. 19, p. 87-93, jan.-jun. 2018.